



CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 01 PLANALTINA - DF

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: “UM JEITO NOVO DE APRENDER”

**BRASÍLIA
2019**



Identificação da Unidade de Ensino

Coordenação Regional de Ensino de Planaltina

Unidade Escolar: CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 01 DE PLANALTINA

Níveis/Modalidade de Ensino: EDUCAÇÃO ESPECIAL

Diretor: ENILSON ANTONIO DA SILVA

Vice-Diretora: ANDRÉA CARLA ARAÚJO OLIVEIRA MARQUES

Data de apresentação do Projeto: ABRIL DE 2019



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:

“UM JEITO NOVO DE APRENDER, RESPEITANDO AS
DIFERENÇAS E VALORIZANDO O SER.”



SUMÁRIO

Apresentação.....	05
Historicidade.....	05
Diagnóstico da Realidade.....	07
Função Social.....	09
Princípios Orientadores.....	09
Objetivos.....	09
Concepções Teóricas.....	10
Organização do Trabalho Pedagógico.....	11
Concepções, Práticas e Estratégias de Avaliação.....	12
Organização Curricular.....	14
Plano de Ação para Implementação do PPP.....	20
Acompanhamento e Avaliação.....	24
Projetos Específicos.....	25
Referências Bibliográficas.....	27



I - APRESENTAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/94 em seu Artigo 12, Inciso I, prega que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as dos sistemas, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. A elaboração e a execução devem ser feitas coletivamente envolvendo alunos, professores, pais e demais funcionários da instituição, bem como pessoas da comunidade. O Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limites no Art. 2º define que são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em confrontando com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

No sentido de amenizar os impedimentos que obstruem a participação plena da Pessoa com Deficiência na sociedade, o CEE 01 ofertará Atendimento Educacional Especializado – AEE, que do ponto de vista educacional, o processo de inclusão deve ser capaz de atender a todos indistintamente. Tudo isto implica em transformação do cotidiano escolar e o surgimento de outras formas de organização audaciosa e comprometida com uma nova forma de pensar e fazer educação (OLIVEIRA, 2004, p 109). É nesse sentido que se faz importante a elaboração do Projeto Político Pedagógico do CEE 01 de Planaltina.

Nesta perspectiva Veiga (1996, p. 12) afirma que, ao construirmos os projetos da nossa escola, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. “Lançamo-nos para adiante com base no que temos, buscando o impossível”, sendo assim, o Projeto Político Pedagógico - PPP vai além de um simples argumento de plano de ensino e de atividades diversas, é um compromisso ético que define o nosso caminho na construção de um sistema educacional inclusivo, amparado na legalidade e nos princípios teóricos fundamentados em ideais democráticos de igualdade, como preconiza a Presidente da República, Dilma Rousseff, ao estabelecer por meio do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, a forma acolhedora que deve funcionar o Atendimento Educacional Especializado.

II – HISTORICIDADE

O Centro localiza-se no Setor Educacional, Lote I, tem 1.904.59m² de área construída, ao lado da rodoviária. De acordo com o Projeto Governamental da década de 1970, o prédio foi construído para ser a Escola Classe Nº 02 de Planaltina.



Em meados de 1989, uma pesquisa realizada pela Comissão Jovem Gente Como a Gente mostrou existir na cidade cerca de novecentas pessoas com deficiência necessitando de atendimento escolar em idades que variavam entre zero a trinta anos. Diante dessa demanda apresentada, a Escola Classe nº 02 foi submetida à inspeção técnica da FEDF e teve parecer favorável segundo o laudo da DEA/FEDF e passou a funcionar, desde o ano de 1990, como Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina.

No ano de 1999 foi implantada a jornada ampliada e inserida em sua estrutura funcional a figura do supervisor pedagógico. Em 2009, foi acrescido mais um recurso humano que é o Monitor em Gestão Educacional.

Nos dias de hoje, o Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina é uma instituição da SEDF, escola de referência em qualidade de educação, que busca cada vez mais atender o estudante com deficiência e sua família, num resgate a cidadania, para tanto, **o CEE 01 de Planaltina funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno.** A dinâmica dos atendimentos nos últimos anos vem se diferenciando de acordo com a proposta da Coordenação de Educação Especial, onde prevêem que só permanecerão no CEE 01 estudantes que não tem perspectiva imediata de inclusão escolar na Rede Regular de Ensino. A estrutura física da instituição é composta pela seguinte forma:

- 33 salas de aula
- 01 sala para o corpo administrativo
- 10 sanitários para alunos, sendo 01 banheiro parcialmente adaptado feminino e 01 banheiro parcialmente adaptado masculino e 08 sanitários normais.
- 02 sanitários para professores
- 01 sala para a direção
- 01 sala para a secretaria
- 01 sala do SOE
- 01 pátio interno
- 01 cozinha
- 01 dispensa
- 01 depósito para material pedagógico e de limpeza
- 01 sala para servidores com banheiro
- 01 sala para monitores
- 01 sala para Atendimento de Apoio à Aprendizagem
- 01 piscina
- 01 refeitório
- 01 parque infantil
- 01 estacionamento externo com quatro vagas preferenciais e quarenta e cinco não preferenciais



- 01 guarita com um banheiro
- 01 quadra de esportes
- Muro de alvenaria ao redor da escola.

A Instituição oferta as modalidades de ensino da Educação Especial de acordo com a Orientação Pedagógica e Estratégia de Matrícula incluindo Educação Precoce, TGD, Oficinas Pedagógica e Atendimento Paralímpico de Basquetebol em Cadeira de Rodas.

A insegurança, a violência, a marginalização, a exclusão, a falta de ética, a carência de uma reflexão crítica e a crise dos valores são algumas tensões do cotidiano. Planaltina não se diferencia dessa situação, é uma cidade histórica, onde processos migratórios internos aceleraram as diferenças entre as classes. É nesta realidade, com todas as suas discriminações, seus contrastes, suas injustiças que nos movemos, é neste espaço que vivemos, que de uma maneira ou outra participamos e por ele somos responsáveis. Situar-se nesta dimensão exige reformulação, reflexão e uma ação consciente para que o homem possa voltar a ser o agente transformador e sujeito de história.

Assim, na perspectiva de formação de um ser humano ativo, produtivo buscamos, garantir a construção de conhecimentos e valores para uma compreensão crítica e transformadora da realidade na qual estamos inseridos.

III - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ANO 2019

Existem hoje no CEE 01 115 turmas, sendo 15 turmas de Educação Precoce, 22 turmas do Atendimento Interdisciplinar/Complementar, 77 turmas de atendimentos DI/TDG/DMU e 01 turma de atendimento Paralímpico na Modalidade de Basquetebol em Cadeira de Rodas, que em conformidade com a proposta da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, e considerando o Currículo em Movimento da Educação Básica referente à modalidade de Educação Especial, na relação ensino-aprendizagem, o CEE 01 adota o Currículo Funcional, respeitando os seguintes aspectos:

- Planejamento Pedagógico Individual.
- Desenvolvimento de habilidades funcionais que estejam vinculadas à qualidade de vida; trabalhar as Atividades da Vida Autônoma e Social (AVAS) e sócio afetivo.
- Adequação à idade cronológica, utilizando como referência o Pórtage como um dos instrumentos de avaliação.



- Prioridade ao ambiente natural do aluno para realização de atividades; passeios diários: atividade realizada fora da escola promovendo a interação da criança com o contexto social e passeios extracurricular.
- Participação efetiva, no processo educacional, de pais e profissionais que atendem o estudante, visto que são eles quem melhor o conhecem e poderão identificar com maior precisão que habilidades necessariamente deverão ser adquiridas.
- Interação com outros estudantes não deficientes, uma vez que são colegas que proporcionam a entrada de crianças e jovens em experiências normais de vida, em seu grupo de idade.
- Atendimento alternado e atendimento em bloco.
- Trabalho do serviço especializado.
- Sala da Família – espaço para as mães, pais e demais responsáveis esperarem seus filhos oportunizando um ambiente agradável, acolhedor e com estudos, curso, palestras em momentos planejados pela escola.

Visando o uso de uma Pedagogia de Inclusão e, na perspectiva de considerar o aspecto positivo da funcionalidade da pessoa com deficiência, as ações pedagógicas são planejadas e aplicadas em consonância com a Classificação Internacional de Funcionalidade - CIF, que tem como principal proposta, descartar a observação do estudante pelo aspecto negativo, situação abordada pelo Currículo em Movimento da Educação Básica, especificamente na modalidade Educação Especial, que diz que: “Trabalhar com a funcionalidade do currículo implica desenvolver o currículo comum em seus aspectos eminentemente práticos e menos teóricos, o que contribui para aprendizagens de estudantes que necessitam de apoio intenso e contínuo.”.

IV - FUNÇÃO SOCIAL

Oferecer uma educação de qualidade, pautada nos princípios de uma democracia participativa, comunitária, fraterna e ambiental, tornando-se um espaço cultural de socialização e desenvolvimento da pessoa com deficiência, preparando-o para o exercício de sua plena cidadania.

V - PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A partir de uma concepção sócio-interacionista, o Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina compreende a educação como construção coletiva permanente, baseada nos princípios de convivência, solidariedade, justiça, respeito, valorização da vida na diversidade e na busca do



conhecimento. Nessa perspectiva, utiliza-se de uma metodologia cooperativa e participativa, que contribua na construção da autonomia moral e intelectual de todos os envolvidos no processo educativo, buscando humanização e a mudança social.

VI - OBJETIVOS

O Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina tem como objetivo a ação educadora, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação Básica e gratuidade escolar e inclusiva, potencializando a qualidade das pessoas com deficiência, com vistas à inclusão na rede regular de ensino e ao mundo do trabalho.

A proposta é uma escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento da pessoa com deficiência preparando-a para o exercício da cidadania de forma plena. Tem por fins educativos questionar, romper com a estrutura política e social vigente, acreditando no eixo básico que sustenta o trabalho pedagógico que é o comprometimento com a construção do conhecimento pelo próprio sujeito. Esta construção dar-se-á pela mediação do sujeito com o objeto de conhecimento por meio da cooperação.

Assim, se até hoje as instituições escolares estiveram à mercê da política e da situação social é, também, através da educação escolar, que cremos ser possível a construção de uma sociedade mais justa, que respeite as diferenças, que garanta espaço para que o individual possa emergir no social, favorecendo, dessa forma, a garantia aos direitos de todos.

Nesses termos, os esforços desta Instituição de Ensino convergem na direção de construir e concretizar um projeto pedagógico que parta do entendimento que os tempos e espaços escolares de convivência, de ensino e de aprendizagem pautem-se pela ética e constituam-se a favor do bem maior que é a vida.

Objetivo Geral da Escola

Dinamizar um currículo que possa resgatar a visão de totalidade dos sujeitos; estabelecendo princípios curriculares que possibilitem a participação e co-responsabilização dos sujeitos, priorizando uma ação pedagógica voltada à construção de cidadãos plenos; garantindo o acesso ao conhecimento.



Objetivos Específicos

- Proporcionar situações de aprendizagem auxiliando o indivíduo em sua formação global;
- Oportunizar de forma adequada a formação profissional;
- Promover a acessibilidade;
- Adequar a estrutura dos atendimentos ofertados;
- Atender a comunidade no turno diurno e noturno.

O Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina, tem por finalidade atender o disposto na Constituição, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando viabilizar mecanismos que irão garantir os direitos de cidadania da pessoa com deficiência, ministrando a Educação Infantil, Oficinas Pedagógicas, Educação de Jovens e Adultos, Esportes Adaptados (Basquetebol em Cadeira de Rodas), Educação Profissional e colocação no mercado de trabalho, observando a legislação e as normas especificamente aplicáveis. Ao lado destes, prestará atendimento especializados complementares de apoio e de suporte pedagógico à inclusão.

VII - CONCEPÇÕES TEÓRICAS

O Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina tem como proposta ser uma escola inclusiva. Partindo do pressuposto de que a educação é para todos, busca-se reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecedores do processo escolar e a garantia do acesso e permanência do aluno na escola. Acredita-se, para tanto, que os sujeitos podem aprender juntos, embora com objetivos e processos diferentes, tendo em vista uma educação de qualidade. Conforme Carvalho:

“Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem. Com esse enfoque temos procurado pensar no especial da educação, parecendo-nos mais recomendável do que atribuir essa característica ao alunado.” (2000, p.17)

Tal conceito nos remete a mudanças significativas no contexto escolar no que se refere às questões pedagógicas, relacionais, administrativas e institucionais, garantindo a aprendizagem de todos os alunos, tendo em vista o respeito pela diferença. Nessa assertiva, Carvalho (2000, p. 17) afirma que a diferença não é uma peculiaridade das pessoas com deficiências ou das superdotadas. Todos somos absolutamente diferentes uns dos outros e de nós mesmos, à medida que crescemos e nos desenvolvemos. Somos todos especiais.



VIII - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

O ponto de partida para o trabalho pedagógico é feito por meio do encaminhamento realizado pelos especialistas que compõem o Serviço Especializado de Apoio a Aprendizagem e direcionado para todas as atividades trabalhadas, bem como a adequação aos outros serviços prestados mediante apresentação de laudo médico.

A avaliação psicopedagógica incluirá ações voltadas para o levantamento do desempenho atual (motor, cognitivo, emocional, social e de linguagem) apresentado pela pessoa avaliada, identificando as potencialidades. O encaminhamento permitirá a organização Político-Pedagógica através dos seguintes passos:

- 1 – Inicia-se com a identificação dos estudantes com deficiência, pela Equipe de Apoio Pedagógico, que necessitam da avaliação.
- 2 – Entrevista com a família. Tal entrevista possibilitará o conhecimento do ambiente socio-familiar da pessoa avaliada, bem como coletar dados sobre sua história de vida e fatores que possam ter atribuído para ocorrência das atuais dificuldades.
- 3 – Avaliação realizada por profissionais especializados: pedagogo, psicólogo, orientador educacional e, quando necessário, o professor regente.
- 4 – Reuniões dos profissionais que atuam e irão atuar com o aluno, nas quais são discutidas as avaliações e a indicação dos apoios necessários.
- 5 – Repasse dos encaminhamentos aos professores, família, coordenador pedagógico.

Planejamento

Planejar significa, a partir da realidade do aluno, pensar as ações pedagógicas possíveis de serem realizadas no intuito de possibilitar a produção e internalização de conhecimentos por parte do educando. Este deve possibilitar um movimento de ação-reflexão na busca constante de um processo de ensino-aprendizagem produtivo, dando ênfase às atividades pedagógicas; o conteúdo em sala de aula será resultado da discussão e da necessidade manifestada a partir do conhecimento do próprio aluno. A escola deve elaborar conteúdos mínimos pertinentes a cada nível que serão o ponto de partida.

Objetivos do Planejamento

Conhecer o aluno, observar e categorizar as suas necessidades e a partir desta constatação, pensar em um planejamento concreto que faça a relação das vivências para o conhecimento de si.



Atividades de Planejamento

- 1 – Estabelecer períodos para observar o “conhecimento prévio do aluno” (duas semanas, após início do ano letivo). Período de sondagem, realizados por professores regentes, coordenadores e serviços especializados.
- 2 – Reunião por área: aproximar das atividades curriculares professores, equipe pedagógica, construindo propostas interdisciplinares em diferentes níveis; (agendar no calendário momentos para planejar, refletir, analisar e avaliar).
- 3 – Organizar projetos pedagógicos que envolvam todos os segmentos da escola, com a participação da comunidade (planejamento por projetos e atividades de ensino).
- 4 – Reunião geral, para planejar as questões pedagógicas e administrativas.
- 5 – Assistentes de Educação exercer função conforme ficha profissiográfica.

IX - CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO.

Concepção de Avaliação - É um processo mais amplo e abrange todas as ações desenvolvidas na ação pedagógica, assim como todos os sujeitos nele envolvidos. Ao avaliar deve-se ter em mente o processo com um todo, bem como aquele a quem se está avaliando. A escola proporcionará momentos de estudos e discussão deste tema, observando a LDB 9394/96 com as respectivas mudanças na avaliação. A avaliação deve permear todas as atividades da sala de aula: relação professor/aluno; tratamento dos conhecimentos trabalhados, que ajudará na intervenção do professor para construir as mediações necessárias na construção do conhecimento e empenhos dos alunos no processo ensino aprendizagem.

Práticas e Estratégias de Avaliação

- Avaliação da pessoa com deficiência;
- Procurar conhecer a pessoa com deficiência;
- Buscar o comprometimento e participação dos pais no acompanhamento da pessoa com deficiência;
- Apoiar os professores nas ações pedagógicas por meio da equipe pedagógica;
- Articular o trabalho pedagógico com a formação profissional;
- Gerenciar dos recursos financeiros de maneira mais participativa, visando também e primordialmente, as questões pedagógicas;
- As turmas e grade horária serão montadas no ano anterior a aplicação.

Assim, é preciso que a avaliação seja diagnóstica, processual e mediadora, envolvendo toda a comunidade escolar.



O caráter da avaliação assume a função de um processo abrangente, cuja ênfase deve recair, não só na aprendizagem do/a aluno/a, mas também, e concomitantemente, na organização do ensino e nas relações que se estabelecem em sala de aula. Configura-se, dessa forma, como um processo reflexivo, contínuo e permanente das práticas pedagógicas, cujo objetivo principal é o planejamento e a intervenção.

Instrumentos Avaliativos

A avaliação de desenvolvimento será demonstrada por relatórios e Inventário Portage Operacionalizado – IPO, com perspectivas de avaliar as cinco áreas de desenvolvimento: motricidade, cognição, linguagem, socialização e autonomia da Pessoa com Deficiência.

Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional na Escola de Aplicação objetiva uma constante reflexão, considerando os valores expressos na filosofia da Escola e as reais aspirações e necessidades da comunidade em que está inserida, intervindo qualitativamente no desenvolvimento do processo pedagógico, da gestão e nas relações em todas as dimensões do fazer escolar.

Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

A avaliação do ensino-aprendizagem está voltada tanto para o processo de ensino, como para o processo de construção do conhecimento, possibilitando o redimensionamento do planejamento e da prática pedagógica. Nesse sentido, os critérios de avaliação devem ser discutidos com professores, pais e todos os envolvidos no processo oportunizando a reflexão e propondo abordagens e intervenções diferenciadas.

Conselho de Classe

O Conselho de Classe constitui-se em um espaço pedagógico na organização escolar, proporcionando a participação efetiva de todos os professores juntamente com a Orientação Educacional, Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, Coordenadores, Supervisão Pedagógica e Direção visando a reflexão e avaliação da prática pedagógica do/a professor/a bem como a aprendizagem de cada aluno/a.

De acordo com Dalben (2004, p.31). “[...] Conselho de Classe prevê o lugar garantido, durante a reunião, a todos os professores que desenvolvem o trabalho pedagógico com as turmas de alunos selecionados para avaliação.” Assim, o professor além de apresentar apontamentos acerca do processo de aprendizagem dos alunos, também reflete sobre sua prática pedagógica, redimensionando sua ação na busca constante da qualificação do processo ensino-aprendizagem.



Nessa perspectiva o Conselho de Classe objetiva:

- Acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos;
- Oportunizar condições de avaliar os Planos de Estudo previstos para cada etapa de formação, bem como de analisar a prática docente;
- Reunir dados que subsidiem o redimensionamento do planejamento;
- Definir encaminhamentos referentes aos/às alunos/as.

Relatório de Avaliação e Inventário Portage Operacionalizado – IPO

A avaliação é realizada pelo professor constituindo-se na síntese do acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem ao longo do semestre. Nesse sentido, a prática de avaliação exige do professor observação atenta às manifestações dos alunos e registro desse processo, realizando reflexão teórica sobre tais manifestações, bem como intervenções adequadas. Para tanto, é fundamental que a avaliação contemple o respeito às diferenças e ao processo de aprendizagem de cada sujeito. A inclusão de pessoas com deficiência pressupõe a garantia de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas da rede regular de ensino, desses alunos. Propomos nesta meta uma nova maneira de compreendermos as respostas educativas da escola, buscando a efetivação do exercício da docência, acolhendo, assim, a diversidade e respeitando as diferenças específicas dos alunos.

Entendendo como um dos princípios da educação inclusiva que “O direito a igualdade de oportunidades, que defendemos enfaticamente, não significa um modo igual de educar a todos, e sim, dar a cada um o que necessita em função de seus interesses e características individuais (CARVALHO, 2004, p.35)”.

X - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Para atender essa clientela específica, a rede pública de ensino do Distrito Federal utiliza o Currículo Funcional, bastante difundido e assim definido pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, no art. 41 da Resolução nº 01/2012-CEDF, como instrumento educacional que viabiliza a integração de estudantes com necessidades educacionais especiais ao meio social, tem o objetivo de desenvolver habilidades básicas que proporcionem autonomia na prática de ações cotidianas.

O Currículo Funcional foi criado na Universidade de Kansas, Estados Unidos, na década de 1970 para trabalhar com crianças sem deficiência, com vistas a aumentar respostas adaptativas e diminuir comportamentos que dificultassem o processo de integração delas ao meio. Objetivava o aprendizado de habilidades que promovessem sua adaptação ao ambiente que frequentavam, tornando-as mais independentes e criativas. Na década de 1980, Liliana Mayo, do Centro Ann



Sullivan do Peru e Judith Le Blanc aplicaram a proposta do Currículo Funcional em pessoas com deficiência e transtorno global de desenvolvimento, para desenvolverem habilidades funcionais que fossem efetivamente úteis e para preparar o estudante para a vida.

A) - PROGRAMA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMPLEMENTAR

O Atendimento Educacional Especializado prestará atendimentos de suporte e apoio às atividades escolares e/ou de trabalho aos estudantes procedentes das escolas inclusivas.

Para que a escola cumpra a sua função social e inclusiva será necessário:

- Integração e participação da comunidade escolar, famílias, pessoas com deficiência, professores.
- Os segmentos da escola devem estar plenamente voltados à valorização da pessoa com deficiência;
- Cursos de formação e qualificação dos profissionais;
- Criação e reorganização do espaço físico;
- Material didático e outros que facilitam o trabalho do professor;
- Recursos humanos, pedagógicos e financeiros;
- Cobrança de regras de convivência em grupo;
- Melhor qualificação profissional.

Hoje, este atendimento encontra-se estruturado da seguinte forma: arte, música, educação psicomotora, oficina profissionalizante, Educação Física. Em conformidade com a Proposta Curricular Funcional adotada por todos os Centros de Ensino Especial do DF, será ofertado no CEE 01 de Planaltina, o **ATENDIMENTO COMPLEMENTAR EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA MODALIDADE PARALÍMPICA DE BASQUETEBOL EM CADEIRA DE RODAS** específico para Pessoas com Deficiência elegíveis para a Modalidade de Basquetebol em Cadeira de Rodas, os Atendimentos serão ofertados em caráter Paralímpico, tem a função de desenvolver talentos na cultura corporativa e, concomitantemente analisar o desenvolvimento das potencialidades, visando uma melhor qualidade de vida e efetiva participação social. As aulas serão ministradas na Quadra Coberta da Escola, sob a regência de um Professor de Educação Física com carga horária de 40 horas em regime de Jornada Ampliada, com regência das 17 às 22 horas e coordenação no diurno. Os alunos matriculados no Atendimento integraram a Equipe de Basquetebol em Cadeira de Rodas, identificada como “CANDANGOS” em competições locais, Distritais, Regionais, Nacionais e Internacionais.



B) - EDUCAÇÃO PRECOCE

Aplicação de técnicas de caráter socioeducativo que busca propiciar a aquisição e/ou incremento da aprendizagem nos primeiros anos de vida. Os atendimentos serão realizados de forma individual e em grupo, no mínimo de duas vezes por semana, com duração de 45 minutos.

Nesta modalidade os estudantes são agrupados segundo a faixa etária, distribuída da seguinte forma:

1ª ETAPA: de 00 a 06 meses, atendidos por duas turmas de bebês, uma no matutino e outra no vespertino, específicas para recém-nascido de até 06 meses de vida, acompanhado com o responsável, cada turma será composta por no mínimo de 06 alunos/06 pais e no máximo 12 alunos/12 pais.

2ª ETAPA: de 06 meses a 03 anos e 12 meses, a turma será composta por no mínimo 10 alunos e no máximo 16 alunos.

A operacionalização deste atendimento é focada principalmente no desenvolvimento da autonomia e da socialização. A família receberá uma orientação sistemática que possibilitará que a mesma dê continuidade ao tratamento em casa e receba apoio necessário em suas dificuldades práticas e de relacionamento com o filho.

Os estudantes com deficiência, cujas habilidades intelectuais, adaptativas e com competência acadêmica que permitam o encaminhamento à rede regular de ensino, serão incluídos, bem como serão ofertadas as adaptações curriculares necessários para sua permanência e sucesso escolar no CEE 01.

C - ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR/COMPLEMENTAR

As atividades são focadas em teatro, educação ambiental, horta/jardinagem, lúdico no Ensino Especial: Brincar é coisa séria, projeto Água\Educação Física. Outros projetos poderão ser desenvolvidos a partir do interesse e sugestão do próprio grupo como artes plásticas, música, informática. Estas atividades são estendidas a todos os estudantes do Centro de Ensino Especial. As atividades desenvolvidas no AIC seguem as orientações contidas na Orientação Pedagógica. O AIC oferta atendimento interdisciplinar e dá continuidade ao aprofundamento previsto no planejamento individualizado do aluno.



D) - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ALTERNADO

Atendimento ofertado aos estudantes com comprometimentos significativos, impossibilitados de freqüentar todos os dias a escola, vindo três ou duas vezes por semana, e de acordo com o consentimento familiar. Nesta modalidade os estudantes são agrupados segundo a faixa etária, distribuída da seguinte forma:

- 1ª ETAPA: de 04 a 05 anos;
- 2ª ETAPA: de 06 a 10 anos;
- 3ª ETAPA: de 11 a 14 anos,
- 4ª ETAPA: acima de 15 anos.

A operacionalização deste atendimento é focada principalmente no desenvolvimento da autonomia e da socialização.

O atendimento alternado é oferecido para estudantes com deficiência múltipla, deficiência intelectual e oficinas.

E) - DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS - DMU

Planejamento pedagógico em consonância com o Currículo Funcional e é trabalhado de acordo com a necessidade de cada estudante com o foco no desenvolvimento da autonomia, comunicação, socialização.

A formação das turmas é baseada no respeito à faixa etária e dividido em etapas:

- 1ª ETAPA: de 04 a 05 anos;
- 2ª ETAPA: de 06 a 10 anos;
- 3ª ETAPA: de 11 a 14 anos,
- 4ª ETAPA: acima de 15 anos.

No atendimento ao estudante com deficiência múltipla, serão ofertadas vagas nos demais atendimentos, tais como: Educação Física, Educação Ambiental, Teatro, Lúdico e outros que vierem a existir.

F) - DEFICIÊNCIA INTELECTUAL - DI

A clientela do Centro de Ensino Especial apresenta em sua totalidade a deficiência intelectual. Diante deste contexto as atividades pedagógicas visam o desenvolvimento global do estudante para que ele possa conviver em sociedade de forma independente e produtiva.

A estruturação das turmas é composta conforme consta a estratégia de matrícula, Adota-se para esta modalidade o Currículo Funcional para que seja obtida a aquisição das habilidades psicomotoras, socialização, AVAS e funcionalidade acadêmica. Além destas atividades é ofertada



a Educação Física e atendimento no PAI. A formação das turmas é baseada no respeito à faixa etária e dividido em etapas:

- 1ª ETAPA: de 04 a 05 anos;
- 2ª ETAPA: de 06 a 10 anos;
- 3ª ETAPA: de 11 a 14 anos,
- 4ª ETAPA: acima de 15 anos.

G) - TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO (TGD) – TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O atendimento é feito por um professor para cada dois estudantes. É oferecido além da Educação Física o atendimento no PAI. As atividades pedagógicas são baseadas no reforço positivo e todo o trabalho realizado visando à inclusão social. As atividades diárias serão realizadas respeitando a rotina e necessidades do aluno TEATGD. No intuito de proporcionar o atendimento conforme realidade do dia a dia, as vivências acontecerá em espaço real, simulando tarefa cotidiana. O professor para atuar no atendimento de aluno TGD terá que ter experiência ou qualificação, participar de coordenações interativas para troca de experiência e apoio nas possíveis soluções em situações de dificuldades pedagógicas. Na ausência de um desses critérios, o professor terá que participar de estudos de caso e estágios em turmas de TGD, visando adquirir conhecimento quanto a realidade do programa a ser desenvolvido no atendimento TGD. O Programa de Atendimento baseia-se na seguinte rotina:

- 1º Acolhimento pedagógico no pátio;
- 2º Fixação do calendário;
- 3º História;
- 4º Passeio vivencial;
- 5º Atividades de mesa;
- 6º Lanche e higiene;
- 7º Atividades lúdicas;
- 8º Preparação da saída,
- 9º Despedida.

Como forma de avaliar, é obrigatório a aplicação do IPO (Instrumento Portage de Desenvolvimento), relatórios semestral. A formação das turmas é baseada no respeito à faixa etária e dividido em etapas:

- 1ª ETAPA: de 04 a 05 anos;
- 2ª ETAPA: de 06 a 10 anos;
- 3ª ETAPA: de 11 a 14 anos,
- 4ª ETAPA: acima de 15 anos.



H) - CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

A constituição de turmas, nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, leva em consideração a proposta pedagógica da Escola, considerando as especificidades, respeitando o número mínimo de alunos em conformidade com o orientado na Estratégia de Matrícula da SEDF, ou conforme autorizações referentes aos “Casos Omissos”.

I) - SERVIÇO DE MONITORAMENTO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Neste atendimento, as ações serão realizadas preferencialmente pelo Educador Social Voluntário, intervindo junto aos alunos na higiene, na alimentação, nas atividades diárias, no apoio em sala de aula e nas atividades extraclasse.

J) - METODOLOGIA DE ENSINO

Busca-se, a partir de uma ação intencional e planejada, promover uma interlocução entre as atividades escolares e a realidade social, questionando as relações políticas, econômicas, sociais, culturais e históricas, possibilitando a construção de alternativas de mudança e intervenção transformadora nessa realidade. Assim, a intervenção do professor como orientador e problematizador nas situações de aprendizagem são indispensáveis para construção da autonomia intelectual e moral do aluno. Uma aprendizagem significativa pressupõe a aquisição de valores, ressignificação das relações de aprendizagem, contextualização e a inter-relação de áreas do conhecimento. Os componentes curriculares, interdisciplinarmente, assumem também o caráter formativo. Sendo assim, o lúdico, a problematização e a dialética perpassam todo o percurso da vida escolar na Educação Especial.

O trabalho realizado contempla a articulação dos conhecimentos escolares de forma a organizar as atividades de ensino e aprendizagem. Isto implica em considerar que tais conhecimentos não se ordenam para sua compreensão de forma rígida, nem em função de algumas referências disciplinares preestabelecidas ou de uma homogeneização dos alunos. Assim, a Escola trabalha na perspectiva sócio interacionista, no qual os sujeitos constroem o conhecimento na relação com o outro. Dessa forma, professor e aluno aprendem numa relação dialética.



K) - PLANOS DE TRABALHO DOS PROFESSORES – PPI

Os Planos de Aula, elaborados pelo coletivo de professores, constituem a base para a elaboração do Plano de Trabalho para cada aluno, de modo que sejam preservadas a integridade e a coerência com o Projeto Político-Pedagógico da Instituição.

O Plano de Trabalho de cada professor/a deve possibilitar a flexibilidade de acordo com as necessidades de cada turma, de cada aluno e a organização de aprendizagens previstas para a formação.

L) - PROJETOS E OUTRAS ATIVIDADES

Além de todos estes atendimentos específicos para estudantes o Centro de Ensino Especial oferta também atividades de caráter social e educativo envolvendo a comunidade escolar. Para a realização destas atividades buscamos parcerias com instituições públicas e privadas.

Ação Comunitária: oficinas envolvendo pais, alunos, funcionários e comunidade. Estas oficinas têm o foco em: alimentação alternativa; oficinas de confecção de brinquedos com sucata; oficina da beleza (cabelo e maquiagem); oficina de dança; pintura de rosto; oficina de artesanato; palestras informativas e preventivas como, por exemplo, sexualidade, drogas, informações sobre direitos da pessoa com deficiência; bazar, festa da família dentre outras.

Há também atividades essencialmente pedagógicas tais como: Semana Pedagógica; Treinamento para Monitores; Palestras dirigidas, capacitação e treinamento para professores do Centro e da Rede Regular.

O treinamento para professores é ofertado aos professores que ingressam no Ensino Especial e ainda não possuem experiência na área pleiteada. É um treinamento dirigido, observado e avaliado pela supervisão pedagógica da instituição.

XI - PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

O currículo para uma escola inclusiva não se restringe a adaptações feitas a estudantes com deficiências ou demais necessidades educacionais especiais. Antes disso, é o fator essencial para se alcançar a educação de qualidade que admita a diferença e ofereça igualdade de oportunidades. Esse paradigma está vinculado à nova concepção curricular, que dará conta da diversidade do alunado da escola. Para isso, se faz necessário romper com currículos rígidos e carregados de



conteúdos nos quais se fortalecem a segregação e a exclusão. A característica basilar de um currículo inclusivo é a flexibilidade. Um currículo que atenda a diversidade deve ser passível de adaptações tanto de objetivos específicos, quanto de metodologias de ensino, mantendo, porém, o eixo comum previsto dentro de cada nível e etapa. Na SEEDF, a orientação do desenvolvimento curricular deverá ser contemplada na educação do estudante com necessidade educacional especial em cada etapa e modalidade, podendo ser utilizadas adequações curriculares conforme anteriormente exposto. Em outras palavras, o currículo não pode ser tão restrito que não permita novas experiências que trarão a possibilidade de incluir o estudante, nem tão difuso que justifique experiências educativas acontecerem de maneira irrefletida e sem intencionalidade.

A proposta de um currículo inclusivo deverá possibilitar que a responsabilidade para que a concretização da aprendizagem seja deslocada do estudante e direcionada para procedimentos de ensino. Ou seja, não cabe nessa lógica o pressuposto de que o estudante tenha que adaptar sua forma de aprender ao ritmo da aula. Ao contrário, o ritmo e a dinâmica da aula e de espaços de aprendizagem é que devem ser adaptados para permitir a real participação e desenvolvimento de todos os estudantes.

XII - Acompanhamento e Avaliação

O processo avaliativo na dimensão da Educação Especial deve ser considerado no âmbito da avaliação da instituição educativa e situar-se para além da eficácia organizativa e funcional. Precede a avaliação para a aprendizagem, o momento de avaliar o contexto escolar, incluindo o projeto político pedagógico da escola, condições materiais de funcionamento da instituição, atuação dos profissionais, estratégias de gestão, sistema de avaliação de rendimento e currículo desenvolvido. Dentro do currículo, em especial, avalia-se ainda o próprio contexto da aula (estratégias didáticas e metodológicas, relações interpessoais, organização, atuação docente). Essa dimensão avaliativa assegura que todos os elementos constitutivos do processo para aprendizagem sejam assegurados, bem como a responsabilidade pela aprendizagem e pelo desenvolvimento do estudante sejam socializados entre todos os atores do processo inclusivo. A escola, de forma ampla, será avaliada semestralmente por meio de avaliação institucional, envolvendo a comunidade escolar e, quanto aos aspectos pedagógicos, o desenvolvimento curricular será avaliado por meio de relatórios e Portage com acompanhamento diário e apresentado semestralmente em Conselho de Classe. Em seus diversos aspectos políticos, teóricos e pedagógicos, e na própria filosofia de inclusão praticada, evitando o conhecido fenômeno da culpa atribuída ao estudante que aprende de modo distinto, e evitar também a sua responsabilização pelo fracasso no desenvolvimento.



Avaliar é um processo contínuo, permanente, flexível e global que envolve observação de estudantes em todos os espaços da instituição educacional, registro e análise dessas observações. Perpassa pelo planejamento e apresenta-se como uma preciosa ferramenta de trabalho para orientar e auxiliar educadores no olhar sobre seu fazer pedagógico, permitindo que sejam encontrados os melhores resultados, identificadas as necessidades e tomadas as decisões.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 96) recomenda em seu art. 24, parágrafo V, que sejam observados os seguintes critérios: “avaliação contínua e cumulativa do desenvolvimento do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”. Vygotsky (1997), em seus estudos sobre defectologia, propõe a superação da leitura negativa do sujeito que apresenta uma deficiência. Não se pode olhar somente o que falta. Enfatiza que se dê atenção àquilo que o sujeito faz e consegue dentro de suas habilidades, que se busque compreender como são construídas as situações de fracasso e destaca a importância de se estudar o sujeito como um conjunto de relações e processos. Desta forma as avaliações de estudantes com necessidades educacionais especiais se apoiam critérios não alcançados pelos mesmos, sendo necessário entender como o indivíduo domina essa deficiência. O processo avaliativo constitui um dos aspectos mais relevantes para que sejam realizadas adequações curriculares, devendo focalizar, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais: Aspectos do desenvolvimento (biológico, intelectual, motor, emocional, social comunicação e linguagem); O nível de competência curricular (capacidade do aluno em relação aos conteúdos curriculares anteriores e a serem desenvolvidos); O estilo de aprendizagem (motivação, capacidade de atenção, interesses acadêmicos, estratégias próprias de aprendizagem, tipos preferenciais de agrupamentos que facilitam a aprendizagem e condições físico-ambientais favoráveis para aprender) (BRASIL, 1998, p. 57). A avaliação que leva em conta as diversidades, da mesma forma que o currículo, precisa sofrer adaptações. Trata-se de desenvolver uma perspectiva crítica quanto à avaliação, uma vez que o estudante com necessidades educacionais especiais é um indivíduo que se desenvolve de forma qualitativamente diferente. Portanto, a consideração do estilo pessoal e de competências de cada estudante certamente propiciará a utilização de formas mais criativas de avaliar o rendimento escolar, ampliando para avaliações de atividades realizadas em grupos ou mediadas pelo professor. Ou seja, na avaliação de estudantes com necessidades educacionais especiais, deve ser garantido o processo de avaliação contínuo e formativo, com subsídios de uma variedade de metodologias, situações e instrumentais de avaliação. A avaliação para a aprendizagem não deve ser, em nenhuma hipótese, um ato solitário do professor. Dela deverá participar o maior número de pessoas que interagem com o estudante no interior da escola e fora dela. Ou seja, o processo avaliativo perpassa o contexto da sala de aula, organização e metodologia utilizadas pelo professor, projeto político pedagógico e atuação de serviços de apoio. Engloba a participação efetiva da família, dando ênfase a suas expectativas e



atitudes em relação ao estudante. Torna-se necessário que aconteça uma leitura positiva do educador em relação às possibilidades apresentadas pelo estudante. É um olhar com sensibilidade, sem juízo de valores, preconceitos e pensamentos cristalizados, para que a avaliação não seja prejudicada. Deve-se destacar, sobretudo, o papel que as interações sociais representam dentro do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência, TGD e AH/SD, pois é por meio dessa relação com seus pares, que se efetivam novos conhecimentos. Seguem algumas sugestões de adaptações para serem utilizadas com os estudantes com deficiência e transtorno funcional do desenvolvimento, no processo de avaliação:

- Avaliação oral, quando o registro escrito se constituir uma dificuldade para o estudante.
- Avaliação escrita com enunciados curtos e objetivos, evitando-se uso de sinônimos e pistas visuais.
- Avaliação que contemple questões com alternativas para serem marcadas, utilizando palavras: “certo” ou “errado”, “sim” ou “não”.
- Utilização de questões para completar lacunas com uso de palavras chave.
- Utilização de gravuras que possam ser adicionadas como respostas a alternativas propostas.
- Aumento do tempo previsto para execução da atividade ou ainda divisão de atividades em partes com vistas a um melhor aproveitamento.
- Atividades a serem executadas com consulta de material de apoio.
- Utilização de atividades mais curtas que possam ser entregues dentro do período da aula.
- Utilização de Portfólio que propiciará ao professor uma visão do conhecimento que foi adquirido pelo estudante, com resultados obtidos e instrumentos para que sejam realizados planejamentos necessários, permitindo um olhar sobre as habilidades que estão sendo desenvolvidas. Com relação ao processo de avaliação do estudante com altas habilidades/superdotação, beneficiado pela implementação de currículo suplementar, é indicado.
- Avaliação inicial para indicação do estudante para o AEE organizada a partir de informações de natureza psicométrica e sociométrica, de desenvolvimento e de desempenho, ou seja, procedimentos que sugerem diferentes formas de ingresso: testes, indicação da escola, da família, de colegas ou até mesmo autoindicação.



- Desenvolvimento de avaliações específicas no ensino regular, para que o estudante possa mover-se em seu ritmo, em relação ao currículo em áreas que domina. Assim, o aluno poderá participar de cursos especiais ou frequentar matérias em turmas mais avançadas.

- Desenvolvimento de um conjunto de ações avaliativas para atender as atividades do tipo I, II e III.

- Ampliação de formas de aceleração como, por exemplo, avanço de série e entrada antecipada na Educação Infantil, considerando a organização curricular e o domínio demonstrado pelo estudante.

- Utilização de Portfólio tanto em classe comum, quanto no AEE, que permitirá reconhecer a trajetória de desenvolvimento do estudante, seus interesses e habilidades.

- Reconhecimento e acompanhamento do estilo de aprendizagem do estudante, por meio de múltiplas atividades.



XIII - PROJETOS ESPECÍFICO

A - Plano de Ação para o Desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AValiação DAS AÇÕES	RESPONSÁVEL	CRONOGRAMA
Dinamizar um currículo que possa resgatar a visão de totalidade dos sujeitos; estabelecendo princípios curriculares que possibilitem a participação e co-responsabilização dos sujeitos, priorizando uma ação pedagógica voltada à construção de cidadãos plenos; garantindo o acesso ao conhecimento.	A proposta é uma escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento da pessoa com deficiência preparando-a para o exercício da cidadania de forma plena.	<p>1 – Estabelecer períodos para observar o “conhecimento prévio do aluno” (duas semanas, após início do ano letivo). Período de sondagem, realizados por professores regentes, coordenadores e serviços especializados.</p> <p>2 – Reunião por área: aproximar das atividades curriculares professores, equipe pedagógica, construindo propostas interdisciplinares em diferentes níveis; (agendar no calendário momentos para planejar, refletir, analisar e avaliar).</p> <p>3 – Organizar projetos pedagógicos que envolvam todos os segmentos da escola, com a participação da comunidade (planejamento por projetos e atividades de ensino).</p> <p>4 – Reunião geral, para planejar as questões pedagógicas e administrativas.</p> <p>5 – Assistentes de Educação exercer função conforme ficha profissiográfica.</p>	A avaliação de desenvolvimento será demonstrada por relatórios e Inventário Portage Operacionalizado – IPO, com perspectivas de avaliar as cinco áreas de desenvolvimento: motricidade, cognição, linguagem, socialização e autonomia da Pessoa com Deficiência.	Conselho Escolar	Ao final de cada semestre letivo



B - Quadro para Síntese dos Projetos Individuais, em Grupos e ou Interdisciplinares Desenvolvidos na Escola

PROJETO	OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSORES RESPONSÁVEIS	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
ATENDIMENTO COMPLEMENTAR Basquetebol em Cadeira de Rodas	Desenvolver a educação física inclusiva e atendimento desportivo paralímpico complementar, de caráter educativo, visando estimular o potencial latente da pessoa com deficiência, dando oportunidade e as condições necessárias para que essas pessoas desenvolvam suas potencialidades de forma a proporcionar-lhes melhor estilo de vida e inserção social.	O professor, ao desenvolver suas atividades deve considerar os limites, possibilidades, características, enfermidades e funcionalidade corporal da pessoa com comprometimento, instituindo em suas ações pedagógicas diversificadas, de forma que promova a sua inclusão social.	Enilson Antônio da Silva - Diretor/Técnico Tomaz Borba – coord. Marcos	Relatórios e Portage
Pedagogia da Água	Melhorar a qualidade de vida	Estimulação sensorial motora na água	Professor de Educação Física	Relatório e Portage
Projeto Música	Melhorar a comunicação e expressão	Utilizar a música como forma de comunicação e interação	Professor de Música ou Professor com habilidade.	Relatório e portage



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNSTEIN, B. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle.** Petrópolis: Vozes, 1996.

BOSA, C. A. **Autismo: intervenções psicoeducacionais.** Revista Brasileira de Psiquiatria, 28, 47-53, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial - Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**, 1998.

Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Secretaria de Educação Especial - MEC, SEESP, 2001.

Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília:** Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Ministério de Educação/Ministério de Justiça/UNESCO, 2006.

Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas.** SEESP/MEC – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006b.

Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

Ministério da Educação. **Conferência Nacional da Educação Básica: Documento Final**, 2008.

Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação.** Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009.

Institui Diretrizes **Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**, 2009.

Presidência d República. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2012. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – **Plano Viver Sem Limite**, 2012.

Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para atenção integral às pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e suas famílias no Sistema Único de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CORDE. **A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** Comentada/ Ana Paula Crosara e Flávia Maria de Paiva Vital (Coord.) Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

COSTA, A. M. B. da. **Currículo Funcional no Contexto da Educação Inclusiva.** Disponível em: http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_46.pdf. Acesso em: 17 out. 2013.

DISTRITO FEDERAL. Subsecretaria de Educação Básica. **Diretrizes Pedagógicas 2009/2013.** Brasília, SEDF, SUBEB, 2008.



Secretaria de Estado de Educação. **Conselho de Educação do Distrito Federal**. Resolução nº 1/2010, de 09 de novembro de 2010, Brasília, SEDF, CEDF, 2010.

Secretaria de Estado de Educação. **Conselho de Educação do Distrito Federal**. Resolução nº1/2012, de 11 de setembro de 2012, Brasília, SEDF, CEDF, 2012.

FARIAS, N; BUCHALLA, C. M. A. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 8, n. 2, p. 187-193, 2005.

FORMOSINHO, J.; MACHADO, J. **Currículo e Organização** - as equipas educativas como modelo de organização pedagógica. Universidade do Minho Portugal. Currículo sem Fronteiras, v.8, n.1, p. 16, jan/jun 2008.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2000.

LEE, S.Y; OLSZEWSKI-KUBILIUS, P.A **study of instructional methods used in fast-paced classes**. Gifted Child Quarterly, 50, 216-237, 2006.

MOREIRA, L. C.; BAUMEL, R. C. R. **Currículo em educação especial**. Educar, Curitiba Ed. UFPR, p. 125-137, 2001.

NOGUEIRA, S. Depoimento concedido via e-mail em out. 2013. **Professor especialista em educação Inclusiva** da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2013.

Davidson (Orgs.), **Conception of giftedness** (p. 53-92). New York: Cambridge University Press, 1986.

RENZULLI, J. S.; REIS, S. M. **The schoolwide enrichment model: A how-to guide for educational excellence** (2ª ed.). Mansfield Center, CT: Creative Learning Press, 1997.

SACRISTÁN J. G. **O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática**. In: PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. Cap. 6, p. 119-148.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SUPLINO, M. **Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental**- Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005.

Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Brasília: CORDE.

VYGOTSKY, L.S. Obras Escolhidas. **Fundamentos da Defectologia**, Tomo V, Madrid: Visor, 1997.

Secretaria de Estado de Educação. **Conselho de Educação do Distrito Federal**. Resolução nº1/2012, de 11 de setembro de 2012, Brasília, SEDF, CEDF, 2012.